

## PLANO DE ENSINO

### I. IDENTIFICAÇÃO

<b>Curso:</b> Administração Pública		
<b>Departamento:</b> Administração Pública		
<b>Disciplina:</b> Finanças Públicas		<b>Código:</b> 32FINPU
<b>Carga horária:</b> 72 horas	<b>Período letivo:</b> 2018.2	<b>Termo:</b> 3º
<b>Professor:</b> Osvaldo Faria de Oliveira		
<b>Contato:</b> <a href="mailto:osvaldo.esag@gmail.com">osvaldo.esag@gmail.com</a> ; <a href="mailto:osvaldo.oliveira@udesc.br">osvaldo.oliveira@udesc.br</a>		

### II. EMENTA

Política fiscal e funções do Estado. Bens Públicos: provisão e distribuição ótima. Teoria da tributação e da incidência. Equidade e eficiência tributária. Avaliação de dispêndios públicos. Federalismo fiscal e o sistema tributário brasileiro. Finanças públicas locais, política fiscal e provisão de bens públicos nos estados e municípios.

### III. OBJETIVO

Despertar interesse do acadêmico sobre o tema Finanças Públicas; compreender funcionamento da atividade financeira estatal; correlacionar os serviços e bens providos pelo Estado com os gastos públicos e suas fontes de financiamento.

### IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### Visão Geral de Finanças Públicas:

O Estado e a Ciência das Finanças.  
A função social do Estado e o gasto público.  
Política Fiscal, Política Tributária e Política Orçamentária.  
Principais normas de finanças públicas.

#### Teoria das Finanças Públicas

As falhas de mercado.  
Os objetivos da política fiscal e as funções do governo.  
O gasto público.  
Bens Públicos, semipúblicos. Funções do setor Público. Governo.

**Tema integrador:** Financiamento público de campanha: função alocativa do governo?

#### Despesas e Receitas Públicas e suas principais classificações

#### Resultados em Finanças Públicas

Resultado orçamentário; Resultado Fiscal; Resultado primário; Resultado nominal.

#### Princípios teóricos da tributação

Equidade; progressividade; neutralidade; simplicidade; eficiência tributária.

#### Sistema Tributário Brasileiro (CF/88, CTN e Rezende da Silva)

Tipos e classificações dos tributos.  
Limitações constitucionais ao poder de tributar.  
Competências tributárias das esferas de governo.  
Repartição das Receitas Tributárias e o Federalismo Fiscal Brasileiro.

#### Avaliação das finanças e dos dispêndios públicos

Estudos de casos das despesas do Estado de Santa Catarina e dos municípios catarinenses.

## V. METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas, realização de testes, leitura e interpretação de capítulos de livros, com resolução de questões discursivas. Estudos de casos de municípios do Estado de Santa Catarina. Discussão de artigos acadêmicos e/ou jornalísticos. O horário de atendimento extraclasse será definido com os alunos.

## IV. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem será expressa pela média ponderada de quatro graus, a saber:

- 1ª avaliação (Prova1 – peso 30%): conteúdo, forma e data a serem divulgados em classe.
- 2ª avaliação (Prova2 – peso 30%): conteúdo, forma e data a serem divulgados em classe.
- 3ª avaliação (Trabalho Interdisciplinar – peso 30%): conteúdo, forma e data a serem divulgados.
- 4ª avaliação (Participação – peso 10%): realização e entrega de exercícios em sala, presença, pontualidade, não interrupções, foco na disciplina e preparação para as aulas.

Caso seja necessário, além das avaliações indicadas, serão realizados testes sem aviso prévio aos alunos, em virtude de leitura solicitada e não realizada, e não realização de atividades solicitadas.

O aluno que, por motivo plenamente justificado, deixar de realizar avaliações previstas no plano de ensino, deverá formular requerimento de segunda chamada na secretaria do curso, de acordo com a Resolução nº 018/2004-CONSEPE.

Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0. Caso o aluno necessite de exame final, o mesmo deverá estudar todo o conteúdo programático.

Espera-se dos alunos uma conduta profissional, a qual inclui os elementos abaixo, embora não se limite somente a estes:

- Presença nas aulas: o desenvolvimento de cada aula se beneficia da presença e participação de todos.
- Pontualidade: quem chega atrasado pode interromper a exposição do professor e as discussões em classe.
- Minimizar interrupções: telefones celulares, *paggers* e outros aparelhos eletrônicos devem ser desligados durante as aulas. Evitar sair e reentrar na sala.
- Foco na aula: não usar *laptop* ou dispositivos eletrônicos similares, acesso à *internet*, *e-mail*, mensagens via celular, etc, enquanto em sala de aula.
- Estar preparado para a aula: a cada aula, os alunos devem estar prontos para discutir leituras exigidas e responder tarefas solicitadas pelo professor.

### Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

- I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
- II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
- III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;
- IV - manobras ou exercícios militares comprovados por documento da respectiva unidade militar;
- V - luto, comprovado pelo respectivo atestado de óbito, por parentes em linha reta (pais, avós, filhos e netos), colaterais até o segundo grau (irmãos e tios), cônjuge ou companheiro(a);
- VI - convocação, coincidente em horário, para depoimento judicial ou policial, ou para eleições em entidades oficiais, devidamente comprovada por declaração da autoridade competente;
- VII - impedimentos gerados por atividades previstas e autorizadas pela coordenação do respectivo curso ou instância hierárquica superior;
- VIII - direitos outorgados por lei;
- IX - coincidência de horários de exames finais, fixados por edital próprio;
- X – convocação para competições oficiais representando a UDESC, o Município, o Estado ou o País.

Leia a resolução na íntegra na página da Secretaria dos Conselhos: <http://secon.udesc.br/>

## V. BIBLIOGRAFIA

### Básica

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia de. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

SILVA, Fernando Antonio Rezende da. **Finanças Públicas**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

### Complementar

BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução a ciência das finanças**. 16.ed.rev.e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

DEODATO, Alberto. **Manual de ciência das finanças**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1969. 396 p.

FERREIRA, Marlos Vargas. **Finanças Públicas para Concursos**. Rio de Janeiro: Impetus-Campus; 2008. 240 p.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 13.ed. ampl., rev. e atual. São Paulo (SP): Atlas, 2005.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. 5.ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2006.

MUSGRAVE, Richard Abel. **Teoria das finanças públicas: um estudo de economia governamental**. São Paulo: Atlas, 1976.

MUSGRAVE, Richard Abel; MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças públicas: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: EDUSP, c1980.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Princípios de finanças públicas: teoria e questões comentadas**. Rio de Janeiro: Ferreira, 2010. x, 356 p. (Série Concursos.). ISBN 9788578421489.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma gerencial do Estado de 1995**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro (RJ): 34(4): 7-26, Jul/Ago 2000. \_\_\_\_\_. O caráter cíclico da intervenção estatal. Revista de Economia Política. Vol 9, nº3, p. 115-129, julho-setembro 1989. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (Coord.); SPINK, Peter Kevin (Coord.). Reforma do Estado e administração pública gerencial. 7. ed. Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2006.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória**. 4o ed. São Paulo: Atlas, 2002.